

LITUÂNIA

REPÚBLICA DA LITUÂNIA

Chefe de Estado:	Dalia Grybauskaitė (substituiu Valdas Adamkus em Julho)
Chefe de Governo:	Andrius Kubilius
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	3,3 milhões
Esperança média de vida:	71,8 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	14/9 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	99,7 por cento

Um inquérito parlamentar concluiu que responsáveis lituanos colaboraram na construção de uma prisão secreta da CIA na Lituânia no âmbito da "guerra contra o terrorismo" liderada pelos EUA. Uma nova lei proibiu a utilização nas escolas de materiais susceptíveis de serem usados para promover as relações homossexuais e outras. O Comité da ONU contra a Tortura criticou o governo por não introduzir o crime de tortura no código penal.

Contra-terrorismo e segurança

As autoridades ficaram sob escrutínio internacional em Agosto e Novembro, na sequência de alegações de que oito suspeitos de terrorismo estiveram detidos e foram interrogados em segredo pela CIA num centro de detenção em Antaviliai, arredores de Vilnius, em 2004 e 2005. Um inquérito posterior da Comissão Parlamentar de Segurança Nacional e Defesa revelou que elementos dos serviços de segurança estatais tinham ajudado na construção de uma prisão secreta para suspeitos de terrorismo em território lituano. Contudo, a Comissão não provou que os suspeitos tenham realmente ali estado detidos ou ali tenham sido interrogados. A Comissão concluiu que aviões da CIA aterraram no país sem qualquer tipo de controlo fronteiriço e que os serviços de segurança não informaram o presidente nem o primeiro-ministro, violando a lei doméstica. Grupos de defesa dos direitos humanos pediram a continuação da investigação para determinar se foram cometidas violações dos direitos humanos relacionadas com a prisão secreta.

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

Em Julho, o parlamento aprovou a Lei de Protecção dos Menores contra os Efeitos Prejudiciais da Informação Pública, apesar de o projecto ter sido vetado pelo presidente em Junho. A lei, que entraria em vigor em Março de 2010, proibia a utilização nas escolas, locais públicos e na comunicação social de quaisquer materiais susceptíveis de "promover as relações homossexuais, bissexuais e polígamas" e que pudessem ser vistos por crianças. A lei foi amplamente criticada por institucionalizar a homofobia e violar os direitos de liberdade de expressão e de liberdade contra a discriminação. A UE sugeriu que a lei poderia infringir o Tratado da União Europeia, que sanciona os Estados-membros que violem os "valores comuns europeus". Até ao final do ano, não tinha ocorrido qualquer votação final no parlamento sobre uma proposta para remover da lei os artigos discriminatórios.

Condições nas prisões

O Comité da ONU contra a Tortura manifestou em Janeiro a sua preocupação relativamente aos relatos de detenções preventivas e administrativas prolongadas de menores e adultos e os consequentes riscos elevados de maus-tratos. O Comité fez notar que as condições de

detenção continuavam a ser deficientes, com vários casos de sobrelotação, falta de higiene e infra-estruturas desadequadas. O Comité apelou para que a tortura, tal como é definida na Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, seja criminalizada no código penal.

Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Lituânia: A Amnistia Internacional condena a adopção de uma lei homofóbica na Lituânia (EUR 53/005/2009)

📄 Lituânia: A investigação às alegações da existência de prisões secretas da CIA deve ser eficaz e imparcial (EUR 53/007/2009)

📄 Lituânia: Parlamento prepara-se para criminalizar a homossexualidade – é preciso agir agora! (EUR 53/008/2009)